

Quem teme o comunismo? Histórias alternativas, falsidades históricas e os usos do anticomunismo na esteira da pós-verdade

Who fears communism? Alternative histories, historical falsehoods and the uses of anti-communism in the wake of post-truth

Reginaldo Ferreira da Silva Neto¹, Camila Devitte Fontes²,
Cyro Porto Martins³

Resumo

A presente síntese tem como objetivo debater os usos do anticomunismo vinculados aos conceitos de Histórias Alternativas, Falsidades Históricas, Pós-Verdade e Revisionismo Histórico durante a Era Vargas (1930-1945). Buscaremos, por meio desses conceitos, demonstrar como o anticomunismo é instrumentalizado para atingir determinados objetivos políticos. Para isso, baseamo-nos nos processos históricos ocorridos durante a Era Vargas, os quais também apresentam influências e semelhanças com os atuais processos que envolvem *fake news* e os usos do passado. Dessa forma, procuraremos diferenciar os referidos conceitos e seus usos na síntese dos processos históricos ocorridos a partir de 1930 no Brasil.

Palavras-chave: Anticomunismo; Era Vargas; Histórias Alternativas.

Abstract

The present synthesis aims to discuss the uses of anti-communism associated with the concepts of Alternative Histories, Historical Fallacies, Post-Truth, and Historical Revisionism during the Vargas Era (1930-1945). Through these concepts, we aim to demonstrate how anti-communism is utilized to achieve certain political objectives. In this case, we draw upon the historical events of the Vargas Era, which also bear similarities and influences with contemporary phenomena such as fake news and the manipulation of historical narratives. Thus, we seek to distinguish between these concepts and their roles in synthesizing the historical processes that unfolded in Brazil from 1930 onwards.

Keywords: Anti-communism; Vargas Era; Alternative Histories.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *E-mail:* regineto_2812@hotmail.com

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *E-mail:* camiladfontes.8@gmail.com

³ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *E-mail:* cyroporto@gmail.com

Introdução

A década de 1930 e a esfera política no Brasil são marcadas por uma série de processos complexos e sincrônicos: a centralização e concentração do poder decisório no âmbito federal, as prerrogativas restritivas das oligarquias locais e estaduais, e a propagação ideologizada tipicamente nacionalista. Esses processos ocupam espaços nos alicerces da construção centralizadora do poder na esfera federal, além da expansão da contingência estatal no Brasil durante a década mencionada.

Nossa reflexão visa o debate a partir do recorte temporal de 1930, conduzindo a comunicação acerca dos usos das “Histórias Alternativas”, ou como preferimos chamar, trabalhando sobre “Passado Fabricado”, com base nas reflexões e inflexões propostas por Valencia-García (2020). Assim, adentramos a essas discussões a partir da análise da construção da insurreição comunista em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, sobretudo os usos e mecanismos do Plano Cohen, bem como as veredas e infiltrações como estratégias da Igreja para ganhar corpulência enquanto instituição.

Diante do exposto, refletiremos sobre os usos dessas “histórias alternativas” frente ao avanço da extrema direita e as apropriações dessas narrativas por governos fascistas. Por fim, ponderaremos sobre os usos do Plano Cohen como estratégia de expansão do governo varguista, contextualizando essas estratégias do governo Vargas e as questões das falsidades históricas, pós-verdade e um projeto de “passado fabricado” apropriados e utilizados por governos fascistas.

Irrompeu a revolução em Pernambuco e no Rio G. do Norte⁴

Era o ano de 1935, e no sábado, 23 de novembro, um grupo de militares demonstrou sua intenção de levantar o 21º Batalhão de Caçadores em Natal, no Rio Grande do Norte, como protesto às

dispensas de praças ocorridas no dia anterior. Uma aura de revolução se espalhou pelo Rio Grande do Norte, com a formação de um Comitê Popular Revolucionário. À medida que a situação evoluía, na terça-feira, dia 26 de novembro, com a pacificação de Pernambuco e a iminente submissão do Rio Grande do Norte às forças governistas, Luís Carlos Prestes decidiu que era a hora certa para levar a revolução ao próximo nível. Ele ordenou o levante do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O clímax da história ocorreu na manhã de quarta-feira, 27 de novembro, quando os rebeldes se depararam com os ataques liderados pelo general Eurico Gaspar Dutra. Esse confronto marcou o fim da tentativa revolucionária, abandonando uma página na história que ecoaria por muitas gerações. A partir disso, não será a Revolução Comunista que será estampada pelos jornais, mas pelo contrário, “Intentona Comunista” estará em todos os lugares e será consagrada nos livros didáticos.

Conforme afirmado por Bruno Lima, historiador e pesquisador da República brasileira, a historiografia tem produzido numerosas contribuições sobre a insurreição de novembro de 1935. Lima argumenta que uma parte significativa do entendimento difundido no imaginário popular em relação à tentativa revolucionária foi moldada pelo anticomunismo, amplamente disseminado pela imprensa e confirmado em obras sobre o tema (Lima, 2022). Segundo Lima:

O próprio termo “Intentona Comunista”, claramente pejorativo, foi utilizado pelos seus detratores ao longo dos anos para depreciar o movimento. O objetivo era imputar ao levante o aspecto de uma ação improvisada, temerária, insensata, como o próprio dicionário nos sugere. Esse esforço fica evidente quando olhamos para os documentos oficiais produzidos logo após a insurreição, como inquéritos policiais, arquivos da Justiça e jornais, em que o episódio é referenciado como “revolta de novembro” ou ‘movimento extremista’. (Lima, 2022).

⁴ Manchete do jornal carioca “A Manhã”, do dia 25 de novembro de 1935, uma segunda-feira. (Lima, 2022).

Mas quem teme o comunismo? Ao refletirmos sobre os usos do anticomunismo ao longo da História, percebe-se que seus usos convergem para os interesses da classe dominante no Brasil. O anticomunismo é uma ideologia que se opõe ao comunismo e à defesa de uma organização social baseada na socialização dos meios de produção e na ausência de classes sociais. Mas, além disso, o anticomunismo, intrinsecamente, utiliza-se de concepções distorcidas do que o comunismo representa. Essas distorções não se manifestam de maneira ingênua e tampouco resultam de uma ausência de conhecimento, mas, ao contrário, são empregadas intencionalmente com o propósito de promover suas agendas políticas. Partindo desses pressupostos, considera-se esse processo como uma “História alternativa”. Assim, a insurreição comunista é um exemplo de como a classe dominante no Brasil utilizou-se exaustivamente do anticomunismo para promover suas agendas. Os usos do anticomunismo podem ser visualizados na própria construção e usos do Plano Cohen.

Era o ano de 1937, e o país estava mergulhado em incertezas políticas e sociais. Nesse cenário, um suposto documento, atribuído aos comunistas, surgiria para mudar o curso dos acontecimentos. O Plano Cohen, como era chamado, foi atribuído aos comunistas. O governo e setores das Forças Armadas, ansiosos por manter seu poder, utilizaram-se amplamente desse documento. No dia 30 de setembro de 1937, o país inteiro ouviu, através das ondas do rádio, a divulgação do suposto Plano Cohen. O governo alegou que este documento revelava detalhadamente um plano de ação comunista, incluindo greves, manifestações, depredações, saques à propriedade privada e residências. Pode-se perceber que o Plano Cohen serviu como instrumento para que, em 1º de novembro de 1937, esse clima de instabilidade política atingisse seu ápice com o golpe que instaurou o Estado Novo no Brasil.

No entanto, anos mais tarde, em 1945, a verdade veio à tona. Descobriu-se que o Plano Cohen não passava de uma farsa, um documento forjado pelos integralistas, simpáticos ao governo de Getúlio Vargas, demonstrando que o plano fraudulento

havia sido usado como pretexto para a permanência de Vargas no poder. Brito (2023), no artigo “Em defesa da família: ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva”, explica como o medo é uma emoção recorrentemente mobilizada. A partir de fundos documentais de natureza repressiva depositados no Arquivo Nacional Distrito Federal (ANDF), Brito identifica a presença discursiva do perigo comunista como uma ameaça à família. Dessa forma, segundo Brito (2023), mobilizou-se o anticomunismo para “retroalimentar convicções, teorias da conspiração e alimentar a ação anti-subversiva numa linguagem carregada de mitos, a exemplo do complô comunista” (Girardet, 1987 *apud* Brito, 2023, p. 7).

É fundamental compreendermos como o anticomunismo não se limitou a uma simples oposição ao comunismo, mas sim evoluiu para uma ideologia politicamente carregada, com implicações significativas para a sociedade e a política brasileira. As estratégias que envolveram a construção de narrativas anticomunistas, o uso de rótulos pejorativos como “Intentona Comunista” e a criação de mitos em torno do comunismo demonstram a capacidade do anticomunismo de moldar a opinião pública e promover agendas específicas.

Para entendermos os usos das “histórias alternativas” na insurreição comunista, a partir da construção documental e da memória do Plano Cohen, faz-se necessário compreendermos o contexto em que o Brasil estava mergulhado. Às mudanças substanciais da década de 1930, com alterações nas oligarquias políticas e no campo social, emergiram novos grupos, protagonistas outros. No âmbito nacional, principalmente, no âmbito regional, o estado do Rio Grande do Norte, como vimos acima, foi um dos estados da federação onde o governo getulista encontrou mais contrariedades para implantar reformas, mesmo com as alterações oligárquicas, os poderes locais se opuseram fortemente ao sistema político adotado pelo governo varguista, as “interventorias”.

A definição de crise política, alteração das oligarquias e resistências dos poderes políticos locais fazem parte de um debate construído a partir

de várias concepções historiográficas, como analisa Peixoto (2012), abordando sobre a atuação política da Igreja, bem como os principais intelectuais, nacionais, regionais e locais na produção do conhecimento. Em congruência com o entendimento de Peixoto, esses elementos possibilitam uma maior percepção do panorama, haja vista os insucessos de Vargas em Pernambuco e, sobretudo, no Rio Grande do Norte, em larga medida pela atuação da Cris-tandade Católica, se apropriando das brechas dos poderes local e estadual, para expandir-se enquanto instituição e enquanto grupo social nas redes de poder, explorando o contexto político tempestuoso.

A atuação da Igreja na escala estadual não deve ser compreendida enquanto desarticuladora de um esforço na escala do nacional. Os esforços do governo Vargas visando rearticular uma espacialidade central foram juntados pela Igreja aos seus próprios esforços de recuperação de prestígio e poder nacional. Aquela atuação que foi interpretada por Scott Mainwaring enquanto formulada no projeto da Neocristandade, impelida pelos esforços de Dom Sebastião Leme foi coadjuvada pelo apoio à manutenção política do projeto e do próprio governo Vargas, resultando em apoio recíproco da Igreja ao Estado e vice-versa. Logo, tratar da ‘Crise de 1935’ resulta em também ter de compreender que a atuação da Diocese de Natal tinha a ver com esse apoio recíproco na escala do nacional e com sua junção a uma introjeção do identitário e da espacialidade central sobre a Estadualidade. (Peixoto, 2012).

Para compreender a construção da memória, as histórias alternativas e o discurso anticomunista, que têm como uma das principais protagonistas e encabeçadoras a Igreja Católica, foram analisados a partir de pregações, discursos e ladainhas por Oliveira (2015), onde encontramos rastros dessa construção, além dos processos criminais dos envolvidos, depoimentos etc. As estratégias e mecanismos utilizados pela Cris-tandade para instigar, induzir e aliciar que o catolicismo e o comunismo andavam em trilhos diferentes, eram através do discurso e pregações, “como pode alguém ser católico e comunista?”.

Entender o discurso anticomunista apenas como um discurso de oposição é limitador e restritivo. Na década de 1930, sobretudo após a “Insurreição Comunista” em Pernambuco, e mais ainda no Rio Grande do Norte, é possível perceber o discurso anticomunista a partir das especificidades. Por exemplo, Peixoto demonstra como é forjado o discurso católico frente ao comunismo no Rio Grande do Norte.

O discurso anticomunista usualmente tem sido pensado como uma reação ou uma posição contra o marxismo ou contra a ex-União Soviética, contudo, se considerado por meio da aproximação do catolicismo, seria mais prudente pensá-lo como uma reelaboração específica de um discurso mais geral contra a modernidade [...]. (Peixoto, 2014).

Percebemos que os discursos anticomunistas não se limitam apenas ao campo da oposição; existem interesses diversos por trás desses jogos de poder, a partir das particularidades de quem os usa e se apropria. As redes de poder e de interesses são complexas e merecem muito mais do que um artigo; no entanto, nos limitamos a abordar meramente o discurso e suas relações com as “histórias alternativas”, efeitos, caminhos, possibilidades e adaptações, seja na insurreição comunista, seja em outros momentos de tamanha complexidade que se apropriam da narrativa para legitimar alguns atos.

Histórias alternativas a partir de Valencia-García

Em “O revisionismo de extrema direita e o fim da história”, Louie Dean Valencia-García, para explicar o avanço da extrema direita, conceitua o termo “Histórias alternativas”. Para Valencia-García, “Histórias alternativas” podem ser compreendidas pelo esforço de “interpretar mal o passado” e depois utilizar “sua própria história alternativa como autoridade” (Valencia-García, 2020, p. 5). Ou seja,

A história é alterada através do revisionismo histórico, ou da modificação ou rejeição de argumentos históricos (muitas vezes baseados na interpretação, seleção ou disponibilidade de arquivos) e da recuperação de nova informação histórica. As histórias alternativas são criadas por: (1) negação histórica, que pode incluir rejeição abjeta de arquivos e evidências históricas; (2) crença na história cíclica ou teleológica que pressupõe para onde vamos ou onde estivemos; (3) narrativas de declinação que assumem uma teoria da degeneração em vez da compreensão da mudança; (4) mitologização que se cria quando os factos são substituídos por quimeras; (5) nostalgia de um passado imaginado que muitas vezes supõe tanto uma declinação quanto tentativas de excluir ou sublinhar seletivamente fatos e narrativas históricas; (6) a historicismo baseado puramente na inverdade; e (7) através de formas muitas vezes fragmentadas e tendenciosas, a história é lembrada e retratada na memória pública popular (filmes, livros didáticos, programas de televisão, etc.). (Valencia-García, 2020, p. 7).

Os sete pontos elencados por Valencia-García fornecem embasamento para entender as várias maneiras pelas quais as “histórias alternativas” são criadas e moldadas por meio do revisionismo histórico. Ele destaca a complexidade do processo de deturpação intencional da história, que pode envolver desde a rejeição de evidências e arquivos históricos até a criação de mitos e narrativas distorcidas. Não obstante, para Valencia-García, “As histórias alternativas não são simplesmente uma diferença na interpretação dos fatos, mas são feitas por distorção intencional.” (Valencia-García, 2020, p. 7).

Para exemplificar, o autor menciona que transformar Hitler num socialista resultaria na capacidade de difamar o socialismo, juntando o nazismo e o socialismo numa só e mesma coisa. Isto é, “baseia-se na deturpação do passado – opondo a história a uma história alternativa de origens duvidosas.” (Valencia-García, 2020, p. 10). Esse tipo de manipulação do passado pode ser particularmente perigoso, como exemplificado pela tentativa de associar Hitler ao socialismo, distorcendo assim a História e minando a compreensão precisa dos processos históricos.

Como vimos ao lado, essa tentativa abrupta de transformar Hitler e o nazismo na mesmíssima coisa do socialismo, é uma tentativa de condensar a complexidade do Terceiro Reich a um efeito anti-americanismo, consequentemente um anticapitalismo. Nessa apropriação da narrativa, o antiamericanismo como entraria nessa justificativa como as incidências de Hitler contra os judeus, que “automaticamente”, seria contra o americanismo, bem como contra o capitalismo.

Segundo as reflexões de Valencia-García (2020), a convicção de que Hitler era um socialista tornou-se prevalente, até mesmo dentro da academia, no entanto, seguindo a lógica do autor, Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, Franco na Espanha, se utilizaram de seus campos de concentração para prender, torturar e matar esquerdistas, comunistas e socialistas, no entanto, se apropriaram da retórica dessa mesma esquerda para intuítos políticos. Esses ditadores e seus regimes citados anteriormente se opunham ao socialismo em razão dos seus cenários sociais, sobretudo, nas questões das classes em detrimento aos jogos de interesses em relação ao regime adotado para a nação. Assim sendo, se apropriando dessa narrativa e promovendo essa amálgama “historiográfica”, abrem-se portas para que a história seja manipulada e substituída por discursos alternativos, como nos mostra Valencia-García.

As histórias alternativas são construídas para fins ideológicos através da negação da história, da ênfase excessiva de certos fatos históricos ou uma compreensão incompleta do contexto histórico. Às vezes aparecem como teorias da conspiração que tentam explicar algo desconhecido ou não compreendido. Como armas, as histórias alternativas são usadas para desculpar os culpados, atribuindo a culpa a um grupo marginalizado. As teorias da conspiração e a negação da história são frequentemente proeminentes entre a extrema direita, especialmente conhecido é o caso dos negadores do Holocausto, que rejeitam completamente os fatos históricos. Esta rejeição dos factos históricos, de forma acrítica, cria um arquivo de conhecimento que distorce a percepção de um evento histórico. É claro que isto não se limita à extrema

direita, mas é particularmente prevalente entre os seus ideólogos. (Valencia-García, 2020, p. 12).

Posto isso, percebemos alguns dos mecanismos que percorrem os “becos” dos discursos e como a história é revisada, reaproveitada e apropriada para fins nacionalistas. Em continuidade ao debate proposto por Valencia-García, podemos observar essa apropriação da história com a “fantástica” narrativa da Reconquista Cristã da Península Ibérica.

A Reconquista conta o mito de que após 700 anos de ocupação, começando em 711, os muçulmanos “invasores” foram expulsos em 1492 por Isabel de Castela e Fernando de Aragão, ‘os Reis Católicos’, após a queda de Tarifa de Granada. Embora sim, as tropas de Fernando e Isabel conquistaram Granada, o mito da reconquista impõe uma ficção histórica à Espanha. Antes de 711, a Península Ibérica era um território religiosamente diversificado – mesmo a sua população cristã não era monolítica. Uma “reconquista” de Espanha impõe uma narrativa de que um Reino de Espanha já tinha sido um fato antes da chegada dos muçulmanos. Na realidade, a Espanha como Estado-nação é uma construção moderna e contestada. Parte integrante da criação desta história é a expulsão do povo judeu na Península Ibérica – os sefarditas – que estiveram na península desde o início da era comum até à sua expulsão. Além de expandirem a sua conquista da península, os Reis Católicos também demonstraram o seu extremismo religioso nas Américas, tentando primeiro escravizar e depois converter os nativos do outro lado do Atlântico ao catolicismo. Obcecado pela “limpeza de sangue” [limpeza do sangue], uma forma de limpeza étnica, o recém-fundado Reino de Espanha tornou-se um modelo de colonização e de perseguição racial e religiosa. (Valencia-García, 2020, p. 14).

Assim, fazendo este contraponto de “Histórias Alternativas”, vemos essa apropriação da história por governos de extrema direita, seja no Brasil, Itália, Alemanha, Estados Unidos e Espanha. Às imagens de um passado “glorioso” e da grandeza desse país, Francisco Franco, ditador espanhol nos anos 1930, com frequência em seus discursos e

propagandas concatenava esse passado “glorioso” da “Reconquista” e da “Conquista” das Américas, com suas ações e políticas, para reafirmar os seus estratagemas políticos. E partindo do mesmo entendimento da Valencia-García, sobre a compreensão desse “passado fabricado”, no entanto, para reportar-se a esse “passado fabricado”, a história precisa alicerçar-se em um acerto de contas sobre os milhões de pessoas que morreram e a expulsão de expressiva população dessa região ibérica. A imagem desse “passado fabricado” de Reconquista Cristã e da Conquista das Américas fundamenta-se em uma imaginação do passado que puramente inexistente, mas que foi aceita e propagada como verdade pela maioria dos espanhóis, e explorada nos anos de 1930 por Franco.

À vista disso, nós historiadores, pesquisadores, acadêmicos, ativistas dos diversos campos e segmentos devemos, portanto, localizar e desvendar novas formas de driblar esses discursos fascistas de extrema direita que estão alicerçados nessa “história fabricada”, ou como retrata o autor nas “histórias alternativas”.

Quem controla o passado?

Passados mais de oitenta anos após a insurreição de 1935, o fantasma de uma suposta ameaça comunista ainda se faz presente no debate político, midiático e nas atuais *fake news*. Durante grande parte dos processos eleitorais de 2018, 2020 e 2022 ocorridos no Brasil, diversas informações falsas se propagaram em grupos de mensagens instantâneas sobre o comunismo e como ele era nefasto para as famílias e para o país. Exemplos como: “comunistas são contra o cristianismo”, “comunistas comem cachorro”, “Os comunistas querem o fim da família” e “Comunistas querem que você divida sua casa” foram algumas informações repassadas em massa nas redes sociais. A retórica utilizada, principalmente pela extrema direita, circulou nos mais diversos veículos de comunicação instantâneos durante aqueles processos eleitorais.

Grande parte desses argumentos decorre dos processos da Guerra Fria (1945-1990) alinhados

principalmente com o “Macarthismo”, no qual o anticomunismo e as falsidades históricas foram prelúdios para o expurgo, criminalização e perseguição a diversos setores de classe, como professores, militantes, padres, entre outros. No entanto, como demonstramos anteriormente, o anticomunismo não surgiu com a Guerra Fria ou com o Macarthismo; no Brasil, ele já servia como base para processos de perseguição e golpes de estado, como ocorreu com a instauração do Estado Novo em 1937.

Na reunião ocorrida em setembro de 1937 no gabinete do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, na qual se fizeram presentes os generais Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército), Almério de Moura (Comandante da 1ª Região Militar do Rio de Janeiro), José Antônio Coelho Neto (Diretor da Aviação) e Newton Cavalcanti (Comandante da 1ª Brigada de Infantaria), juntamente com o chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, foi discutido o suposto plano comunista para um golpe no Brasil.

Na ata desta reunião Newton Cavalcanti afirmou que:

A iminência de um novo golpe comunista é evidente. Revê-la-o a frase de um cabo a um sargento da Vila Militar: ‘Vá gozando os vencimentos do Exército, porque a virada vai chegar’. Confirma-o o documento fornecido pelo E.M.E. e no qual se vê a origem: Luiz Carlos Prestes ou algum militar realizador a ele congregado.⁵

É evidente o caráter anticomunista da fala do general. No entanto, um ponto de grande importância para a compreensão deste trecho é perceber a conformidade com a suposta ameaça de golpe comunista no Brasil. Isso ocorre ao utilizar um tom apelativo, no qual o militar se refere a este suposto complô aos seus pares, para justificar uma interferência preventiva no comando do Brasil.

Desta maneira, é perceptível que as falsidades históricas presentes nos processos históricos atuais não “surgem” como efeito da tecnologia e da expansão dos meios de comunicação. O exemplo do Plano Cohen, colocado naquela ata de reunião, nos possibilita perceber a materialidade de como as falsidades históricas buscam na retórica emocional e no convencimento da opinião pública formas para alcançar seus objetivos políticos e ideológicos. Na fala de Newton Cavalcanti é possível perceber essa apelação emocional, na qual o general continua afirmando que:

Impõe-se uma ação imediata, em defesa do Exército, das instituições democráticas, da sociedade, da própria família ameaçados de morte; Cabe ao Exército uma atitude enérgica, imediata, capaz de desorganizar o plano comunista e capaz de obrigar os poderes públicos a tomarem medidas rigorosas exigidas pelo momento. Assim, é necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada. Impõe ao Exército, as forças armadas, tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista, prendê-los sumariamente e comunicar ao governo que assim procedeu para salvar o Brasil.⁶

A articulação para a tomada do poder se construía com a união das Forças Armadas, especialmente o Exército, com os setores Integralistas, nos quais buscaram no sentimentalismo da derrocada das instituições brasileiras e na suposta iminência de uma tentativa de golpe para a consolidação do golpe ocorrido em novembro de 1937. A falsificação documental criada pelos setores integralistas, com a atuação e aval do governo de Getúlio Vargas, nos mostra como as falsidades históricas estão vinculadas a projetos políticos de perpetuação de setores da classe dominante.

A década de 1930 é um importante marco temporal para as análises a respeito das falsidades históricas e a pós-verdade. A ascensão do Partido

⁵ Reunião no Gabinete do Ministério da Guerra FGV/CPDOC. ED. UP. V - 32. 27.09.1936.

⁶ Reunião no Gabinete do Ministério da Guerra FGV/CPDOC. ED. UP. V - 32. 27.09.1936.

Nacional Socialista (Nazista) na Alemanha, em 1933, consolidou-se através das crises econômicas que a República de Weimar enfrentava, mas principalmente alicerçando-se no anticomunismo e apelando para o emocional da classe trabalhadora. Nesse sentido, Marius Gudonis e Benjamin Jones (2021, p. 2) consideram que:

Assim que os nazis tomaram o poder em 1933, foi dada prioridade à disseminação de uma história racista-nacionalista e falaciosa – uma história em que os pedagogos nazis procuravam especificamente conteúdos emocionais, irracionais e anti-intelectuais, não muito diferentes da definição atual de pós-verdade. (Tradução nossa).⁷

É possível identificar que os movimentos de extrema direita buscam, na perseguição e na deslegitimação dos setores acadêmicos, culturais, políticos e científicos, formas simples e emocionais para estabelecer suas ideologias e seus projetos políticos. Desta forma, a área da História se torna o centro de disputa e luta de classes sobre quem de fato controla o passado. O relativismo, a história sem criticidade e as falsidades históricas são mecanismos extremamente fáceis e diretos que possibilitam controlar e direcionar os discursos em torno da História. O conceito de falsidade histórica baseia-se na seletividade de fatos, com objetivos ideológicos, mas que não apresentam fatos e provas concretas (Gudonis; Jones, 2021, p. 8).

Durante as eleições municipais de 2020, em Porto Alegre, cerca de 500 mil notícias falsas foram compartilhadas sobre a candidata Manuela D'Ávila do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esses compartilhamentos buscavam, no anticomunismo, na misoginia e nas falsidades históricas, tentativas de desconsiderar a candidata enquanto em uma possível vitória ao cargo executivo municipal. As *fake news* compartilhadas atribuíram à Manuela a autoria intelectual da tentativa de

homicídio do então presidente de extrema direita Jair Bolsonaro, em 2018, e a proferir supostas frases como: “abortar é a única saída para não criar um filho de vagabundo sozinho”. Além disso, carros de som do então oponente afirmavam que “comunistas comem cachorro” e que Manuela “transformará a cidade na Venezuela”.

Nesse sentido, é possível percebermos que a pós-verdade foi um mecanismo instrumentalizado pela extrema direita e pela direita durante aquele processo eleitoral, para que, através do medo, do sentimentalismo e de uma suposta transgressão dos valores tradicionais, busquem formas de favorecer o candidato opositor de direita ao cargo de prefeito, na qual se mostrou efetivo. Esse processo nos possibilitou perceber a dimensão da extensão das *fake news* divulgadas em massa nas redes sociais, utilizando-se de retóricas anticomunistas e reacionárias para atribuir um “mal” à coletividade e uma “deturpação das famílias” e do “todo social”.

Desta forma, é perceptível que a utilização do emocional e um suposto perigo generalizado foram elementos que Plano Cohen, o Macarthismo e as medidas executadas na Alemanha Nazista também se basearam em suposições que não tinham compromisso com a realidade e/ou com a verdade, ainda que muitos desses processos utilizaram partes de um todo da realidade como instrumento para formular seus discursos e projetos políticos. Entendemos que, por verdade, assim como defendido pelos autores, a concretude dos fatos, provas e indícios que estejam vinculados com a materialidade e o contexto histórico nos quais foram produzidos (Gudonis; Jones, 2021, p. 8). O discurso utilizado pelo Plano Cohen para afirmar uma suposta ameaça à ordem burguesa vigente, serve como pano de fundo para legitimar a perseguição e a repressão aos movimentos que questionam as medidas desse poder ou que buscam por melhores condições de vida e de trabalho sendo taxados de comunistas como setores da Aliança Nacional

⁷ Citação original: “As soon as the Nazis took power in 1933, the dissemination of a racist-nationalist and fallacious history – one in which Nazi educationalists specifically sought emotional, irrational, and anti-intellectual content, not dissimilar to today’s definition of post-truth – was prioritised” (Gudonis; Jones, 2021, p. 2).

Libertadora (ANL), sindicalistas e trabalhadores não sindicalizados.

É neste âmago que a pós-verdade e as falsidades históricas, ainda que diferentes no seu conceito, se aproximam. Compreendemos que a pós-verdade é conceito que se encaixa diretamente com os processos históricos nos quais a popularização dos meios de comunicação instantâneos e o neoliberalismo são dominantes. As crises econômicas, a angústia, a falta de perspectiva, o individualismo e o dismantelamento das organizações sociais são um terreno fértil para a pós-verdade, sendo mais provável que esses processos tenham contribuído para o autoritarismo e a ascensão da pós-verdade “quando os sentimentos e as emoções são mais importantes do que a busca da verdade” (Gudonis; Jones, 202, p. 10). Para os autores o conceito de pós-verdade baseia-se em:

Pós-verdade histórica é a comunicação de informações falsas sobre um fenômeno histórico que apela à emoção e à crença pessoal, em que tanto o emissor como o receptor são indiferentes à historicidade e desprezam a opinião de especialistas que a contradizem, e em que o objetivo subjacente é ideológico, especialmente em apoio de uma identidade coletiva ou de um programa político (Gudonis; Jones, 2021, p. 11, tradução nossa).⁸

É importante salientar que a pós-verdade, assim como as falsidades históricas, tem como seu objetivo principal a defesa de um projeto vinculado à ordem vigente, negando direitos conquistados por setores de classe e/ou direcionando seus ataques para a perseguição de grupos, nacionalidades e etnias, que eram considerados “culpados” pela deturpação moral e decadência das instituições que outrora representavam a grandiosidade de uma nação.

É neste âmago que os conceitos de falsidade histórica e de pós-verdade são essenciais para a

compreensão dos processos históricos que envolvem esse tipo de narrativa. A pseudo-história, assim como os outros dois conceitos, baseia-se em uma agenda ideológica específica, utilizando os elementos da mentira, da falsidade histórica e da escolha subjetiva de fontes, formas de escrever e controlar o passado. No entanto, o que a diferencia da pós-verdade e das falsidades históricas é a utilização de determinados métodos científicos e aparelhos metodológicos da História para formar uma certa legitimação científica perante os seus públicos leitores, mas que, na realidade, se debruçam em teorias subjetivas buscando maneiras de sustentar e defender certa determinação política (Gudonis; Jones, 2021).

Desta forma, é possível considerar que o Plano Cohen possuía elementos de pós-verdade e de falsidade histórica, ainda que esses conceitos não tenham sido cunhados no período. Não obstante, é necessário compreendermos que esses conceitos estão vinculados diretamente com os processos e lutas de classes nos quais o anticomunismo e as supostas ameaças às famílias e às instituições são, na realidade, mecanismos da ordem burguesa para defender o *status quo* e perpetuar a exploração dos trabalhadores.

Considerações finais

Este escrito propôs investigar os usos do anticomunismo, alicerçados no debate de Valência-García sobre as Histórias Alternativas. Em vista disso, o recorte temporal enfoca a insurreição comunista em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, destacando os mecanismos do Plano Cohen e as estratégias da Igreja como elementos-chave na construção dessa narrativa. Sendo assim, compreende-se que o passado está sempre em disputa, ou seja, nunca é estático. Os usos do anticomunismo, com ênfase na “Insurreição Comunista” e no Plano Cohen, evidenciam esse processo.

⁸ Citação original: “Post-truth, be it in the sphere of electoral politics or in the sphere of history, does not need to bother with the ‘trappings of scholarly historical method’ or with expert opinion. The considerable effort that is invested to legitimise pseudohistory, to make it appear scholarly, rational, and ingenuous, contrasts with the spontaneous and emotional pithy comments that characterise post-truth” (Gudonis; Jones, 2021, p. 11).

Dessa maneira, a compreensão dos usos da história para a promoção de agendas específicas é peça-chave para entender os diferentes mecanismos utilizados no contexto do estudo em questão, ou seja, a análise do Plano Cohen revela a presença desses elementos, demonstrando como o anti-comunismo e a defesa da “ordem” dominante se entrelaçam.

A partir desse panorama histórico, é difícil não direcionar o olhar para o presente, observando também os usos contemporâneos das “histórias alternativas”. Dessa forma, a abordagem utilizada serve não somente para desvelar os usos das “histórias alternativas” no passado, mas alertar para a importância de uma compreensão crítica da História como ferramenta essencial na resistência contra manipulações, distorções e falsidades históricas.

Referências

- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Em defesa da família: ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva (1968-1985). *Revista de História*, São Paulo, n. 182, p. 1-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2023.206429>
- LIMA, Bruno. Intentona Comunista: um passado em disputa. *Café História*, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-intentona-comunista-de-1935/>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- GUDONIS, Marius; JONES, Benjamin T. *History in a Post-Truth World: theory and praxis*. New York: Routledge, 2021.
- OLIVEIRA, Pedro Filipe Barros. Memória e oralidade nos processos-crime do levante comunista do Rio Grande do Norte (1935-1937). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 1., 2015, Natal. *Anais [...]*. Natal: UFRN, 2015. Disponível: <https://www.uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- PEIXOTO, Renato Amado. A crise de 1935 no Rio Grande do Norte: a tensão entre as identidades estadual e a nacional por meio do caso norte-rio-grandense. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADOS CONTEMPORÂNEOS, 6., 2012, Natal. *Anais [...]*. Natal: UFRN, 2012. v. 1. Disponível em: http://www.academia.edu/3694330/A_Crise_de_1935_no_Rio_Grande_do_norte_a_tensao_entre_as_identidades_estadual_e_nacional_por_meio_do_caso_norte-rio-grandense. Acesso em: 14 nov. 2023.
- VALENCIA-GARCIA, L. D. *Far-Right Revisionism and the End of History*. New York: Routledge, 2020.

Recebido em: 9 dez. 2023

Aceito em: 31 dez. 2023